



INFORMAÇÃO NA ÉPOCA MODERNA: COLETAR E CONHECER NA ESPANHA E SEU IMPÉRIO¹

EARLY MODERN INFORMATION: COLLECTING AND KNOWING IN SPAIN AND
ITS EMPIRE

TAMAR HERZOG²

Tradução:

CAIO CARDOSO TOLENTINO³

GREGÓRIO SCHRODER SLIWKA⁴

Resumo

Historiadores que pesquisaram o Império espanhol várias vezes o descreveram como uma formação política que se manteve unida por cadeias de papéis. Enquanto os portugueses controlavam rotas marítimas, os ingleses tomavam posse de terras e os franceses faziam comércio com nativos, o que os espanhóis faziam melhor, segundo narrativas como essas, era desenvolver uma administração forte e eficiente. Esse quadro, embora apresentando a Espanha como um caso altamente excepcional, era também baseado na observação de grandes desenvolvimentos trazidos pela emergência e

Abstract

Historians of the Spanish empire have described it often as a political formation that was held together by chains of papers. If the Portuguese controlled sea routes, the English took possession of the land, and the French traded with natives, what Spaniards did best was to develop an efficient and powerful administration. This portrait, though presenting Spain as a highly exceptional case, was nonetheless based also on observing the larger developments brought about by the emergence and consolidation of European states. In this article, I question these premises and ask

¹ O texto original foi publicado em: HERZOG, Tamar. *Early modern information: collecting and knowing in Spain and its Empire*. In: CECERE, Domenico; TUCCILLO, Alessandro (eds.). *Communication and Politics in the Hispanic Monarchy: managing times of emergency*. Berlin: Peter Lang, 2023. p. 39-58. A tradução é de Caio Cardoso Tolentino e Gregório Schroder Sliwka, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Agradecemos à autora pela autorização para publicar esta tradução, bem como pela cuidadosa revisão da última versão.

² *Sobre a autora*: Tamar Herzog atualmente ocupa a Cátedra Monroe Gutman de Estudos Latino-Americanos na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, onde também é afiliada à Faculdade de Direito. Também foi professora nas Universidades de Stanford, Chicago e na Universidade Autônoma de Madrid. Obteve seu doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), na França. E-mail: therzog@fas.harvard.edu. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8200-1906>.

³ Doutorando e mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP-USP). E-mail: caiotolentino@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1853-4994>.

⁴ Doutorando em Filosofia e Teoria Geral do Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ggsliwka@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9786-3360>.

consolidação dos Estados europeus. Neste texto, eu coloco em questão as premissas desse argumento e pergunto se as impressionantes coleções de documentos que foram reunidas durante a época moderna realmente serviram para melhorar a governança da forma que essas narrativas supõem. No caso espanhol, nós temos evidências suficientes de que petições escritas enviadas a diferentes autoridades imperiais eram discutidas. Nós também temos algumas evidências de que a escrita da história às vezes dependia da documentação de arquivos. Mas nós ainda não temos provas suficientes de que documentos eram sistematicamente consultados, que consultá-los era um pré-requisito para a tomada de decisões ou que a informação acumulada nos arquivos levava a um conhecimento melhorado dos territórios e seus povos.

Palavras-chave: Império espanhol; História do conhecimento; História da informação; Arquivos; Documentos.

whether the impressive collections that were amassed during the early modern period indeed served to improve governance the way these narratives assumed. In the Spanish case, we have plenty of evidence that written petitions sent to the different imperial authorities were discussed. We also have some evidence that history-writing sometimes depended on archival documentation. But we still lack proof that documents were systematically consulted, that consulting them was a prerequisite for decision making, or that the information accumulated in the archives led to improved knowledge of the territory and its peoples.

Keywords: Spanish Empire; History of Knowledge; Information History; Archives; Documents.



Introdução

Historiadores que pesquisaram o Império espanhol várias vezes o descreveram como uma formação política que se manteve unida por cadeias de papéis⁵. Enquanto os portugueses controlavam rotas marítimas, os ingleses tomavam posse de terras e os franceses faziam comércio com nativos, o que os espanhóis faziam melhor era desenvolver uma administração forte e eficiente⁶. Esse quadro, embora apresentasse a Espanha como um caso altamente excepcional, era também baseado na observação de grandes desenvolvimentos trazidos pela emergência e consolidação dos Estados europeus. Com a expansão de horizontes na baixa idade média, o gradual estabelecimento de entidades políticas que compreendiam várias unidades diferentes e a intervenção dos estados em novas e numerosas áreas veio uma necessidade maior de informação. Para governar, de fato para ‘ver’, o Estado da época moderna precisava de dados, que ele tratou de acumular⁷. Essa necessidade ficou particularmente evidente quando a Europa embarcou no empreendimento colonial, o que fez com que mercadores, oficiais reais, e missionários, para mencionar apenas algumas partes interessadas, tentassem compreender os novos territórios, assim como os seus povos⁸. O sucesso colonial dependia dessas práticas, que permitiam o funcionamento do Estado colonial.

No que segue, eu coloco em questão essas premissas e pergunto se as impressionantes coleções que foram reunidas durante o período moderno realmente serviram para melhorar a governança da forma que essas narrativas supõem. No caso espanhol, nós temos fartas

⁵ ELLIOTT, John H. *Imperial Spain, 1469–1716*. New York: Mentor Books, 1966, p. 167 e 174.

⁶ SEED, Patricia. *Ceremonies of Possession in Europe's Conquest of the New World, 1492–1640*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

⁷ SCOTT, James. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Conditions Have Failed*. New Haven: Yale University Press, 1998; e, mais recentemente, HEAD, Randolph C. *Making Archives in Early Modern Europe: Proof, Information, and Political Record-Keeping, 1400–1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019b.

⁸ BAYLY, Christopher A. *Empire and Information: Intelligence Gathering and Social Communication in India, 1780–1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996; BANKS, Kenneth J. *Chasing Empire Across the Sea: Communications and the State in the French Atlantic, 1713–1763*. Montreal: McGill – Queen's University Press, 2002; STOLER, Ann Laura. Colonial Archives and the Arts of Governance. *Archival Science*, v. 2, p. 87–109, 2002; HEAD, Randolph C. Empire at Home. European Chancellery Practices and the Challenges of Record Keeping for Early Modern Colonial Enterprises. In: DONATO, Maria Pia; SAADA, Anne (eds.). *Pratiques d'archives à l'époque moderne. Europe, mondes coloniaux*. Paris: Classiques Garnier, 2019a, p. 249–269. Para o caso da Espanha, ver, por exemplo: RAMA, Ángel. *The Lettered City*. Trad. John Charles Chasteen. Durham, NC: Duke University Press, 1996, e BRENDECKE, Arndt. *The Empirical Empire. Spanish Colonial Rule and the Politics of Knowledge*. Berlin: Walter de Gruyter GmbH, 2016.



evidências de que petições por escrito enviadas a diferentes autoridades imperiais eram discutidas⁹. Nós também temos algumas evidências de que a escrita da história às vezes dependia da documentação de arquivos¹⁰. Mas nós ainda não temos provas suficientes de que documentos eram sistematicamente consultados, que consultá-los era um pré-requisito para a tomada de decisões ou que a informação acumulada nos arquivos levava a um melhor conhecimento dos territórios e de seus povos. Se a Casa de Contratação [*Casa de Contratación*] em Sevilha era realmente um ‘armazém de conhecimento’, a sua loja esteve alguma vez aberta? Tinha ela fregueses¹¹?

Eu divido minha análise em várias partes, questionando as evidências sobre se a coleta de informação levava a conhecimento, quais outras explicações, além da celeridade burocrática, nós podemos imaginar para justificar a produção e conservação de documentos, e qual era o papel de arquivos naquele universo longínquo.

1 Uma profusão de informação?

Um exemplo emblemático das dificuldades de ligar a acumulação de informação à produção de conhecimento se encontra nos inquéritos enviados por oficiais reais espanhóis por todo o Império nos séculos XVI, XVII e XVIII. Identificados pelo termo genérico *relaciones geográficas*, os mais famosos entre eles eram os questionários enviados às Américas nas décadas de 1570 e 1580¹². Incluindo pedidos de informação sobre inúmeros

⁹ FERNÁNDEZ LÓPEZ, Francisco. La Casa de la Contratación de Indias: gestión, expedición y control documental (siglos XVI–XVII). *Relaciones*, n. 144, p. 169–193, 2015; e CUNILL, Caroline. Margins of Documents, Center of Power: A Case Study on the Consejo de Indias’ Annotated Paperwork and the Construction of Legality in an Imperial Archive. *Archival Science*, v. 20, n. 4, p. 381–400, 2020.

¹⁰ NAVARRO BONILLA, Diego. *La imagen del archivo*. Representación y funciones en España (siglos XVI y XVII). Gijón: Ediciones Trea, 2003, p. 123-124.

¹¹ BURKE, Peter. *A Social History of Knowledge: From Gutenberg to Diderot*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 61.

¹² JIMÉNEZ DE LA ESPADA, Marcos. *Relaciones geográficas de Indias*. Madrid: Tip. de M.G. Hernández, 1881–1897; SOLANO, Francisco; PONCE, Pilar (eds.). *Cuestionarios para la formación de las relaciones geográficas de Indias: siglos XVI–XIX*. Madrid: CSIC, 1988; PORTUONDO, María M. *Secret Science: Spanish Cosmography and the New World*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009, p. 103–140, 210–223 e 292–295; e RUAN, Felipe E. *Cosmographic Description, Law, and Fact Making: Juan López de Velasco’s American and Peninsular Questionnaires*. *Colonial Latin American Review*, v. 28, n. 4, p. 450–477, 2019, descrevem a lógica e extensão de algumas dessas campanhas.



aspectos da vida e do entorno natural, chegaram a Madrid cerca de 191 respostas (talvez até 208), das quais 167 sobrevivem até hoje.

Geralmente presume-se que “esses levantamentos eram reportados ao Rei Filipe II da Espanha e permitiam à Monarquia espanhola ter melhor controle sobre as pessoas e as políticas da Nova Espanha”, com “o processo científico de coleta de dados e estatísticas construindo essencialmente uma ponte entre dois continentes”¹³. No entanto, até agora, nós não temos absolutamente nenhuma prova de que esse era o caso. Se a intenção dos reis e de seus conselheiros era realmente que esse material fosse processado na corte – por exemplo, pelo Conselho das Índias ou pelo *Cronista Mayor de Indias*, encarregado da escrita da narrativa oficial do Império espanhol –, isso raramente se realizava. Enquanto traços das *relaciones* estão evidentes em trabalhos como *Historia general de los hechos de los castellanos* (1601-1615), de Antonio de Herrera y Tordesillas (1549-1625), ou *Epítome de la biblioteca oriental y occidental* (1629), de Antonio de León Pinelo (1590-1660), dificilmente algum registro contemporâneo as referenciava diretamente ou poderia ser ligado diretamente aos dados que continham¹⁴. Até onde sabemos, o Conselho das Índias não integrava as respostas em suas deliberações, e tampouco o fazia a pessoa responsável por sua acumulação e conservação¹⁵. As *relaciones* peninsulares, traços das quais podem ser encontrados em *Grandezas y cosas memorables de España*, de Diego Pérez de la Mesa, mas que, em geral, seguiram essencialmente não lidas, sofreram o mesmo destino¹⁶. Paradoxalmente, foi apenas a partir da metade do século XIX e até o presente que as *relaciones* adquiriram notoriedade e começaram a ser extensamente empregadas. Enquanto presentemente elas têm um enorme

¹³ WIKIPEDIA. Relaciones geográficas. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Relaciones_geogr%C3%A1ficas>. Acesso em: 20 dez. 2018. A maioria dos historiadores que estudam as *relaciones* se centram no que era perguntado e respondido, não em como a informação era usada. Muitos argumentam que é “impossível negar” sua importância como um instrumento de governo, por exemplo, GAUDIN, Guillaume; GÓMEZ GÓMEZ, Margarita. Les archives impériales espagnoles. Nouveaux acteurs et nouvelles pratiques de gouvernement au Conseil des Indes (XVIe–XVIIe s.). In: DONATO, Maria Pia; SAADA, Anne (eds.). *Pratiques d’archives à l’époque moderne*. Europe, mondes coloniaux. Paris: Classiques Garnier, 2019, p. 301 e 305-306.

¹⁴ CARRERA STAMPA, Manuel. Relaciones geográficas de Nueva España, siglos XVI y XVIII. *Estudios de Historia Novohispana*, n. 2, p. 1–31, 1968; e CLINE, Howard F. The Relaciones Geográficas of the Spanish Indies, 1577–1586. *Hispanic American Historical Review*, v. 44, n. 3, p. 341–374, 1964. Brendecke (2016, p. 236) menciona que Juan López de Velasco não usou as *relaciones* para compor o seu *Geografía y descripción de las Indias*.

¹⁵ PORTUONDO, 2009, p. 220-221.

¹⁶ ARROYO ILERA, Fernando. Las relaciones geográficas y el conocimiento del territorio en tiempos de Felipe II. *Estudios Geográficos*, v. 59, n. 231, 1998, p. 190 e 194.



valor e são citadas por historiadores, historiadores da arte, geógrafos, arqueólogos e antropólogos, não está claro a que elas serviram na época moderna.

O Conselho das Índias poderia ter acesso às *relaciones* assim como a uma abundância de registros. Ainda assim, na maioria dos casos, as petições eram tratadas como novas cada vez que chegavam à corte¹⁷. Os conselheiros muitas vezes pareciam surpresos, desconhecendo os antecedentes e, na maioria das vezes, confessando sua ignorância. Quando casos prévios eram recuperados e a documentação passada consultada, era principalmente por causa da presença de um indivíduo específico, normalmente um secretário, um notário ou um *relator*, algumas vezes um conselheiro, que lembrava o que havia transcorrido e sabia que certas pessoas ou documentos deveriam ser consultados. Essa realidade era óbvia para contemporâneos que reclamavam que ministros reais constantemente redeliberavam sobre o que já havia sido decidido¹⁸.

A falha sistemática em dar atenção aos precedentes pode ter acontecido porque o Conselho considerava a informação prévia como desatualizada ou irrelevante, pois cada caso era diferente, mas tão importante quanto isso pode ter sido a atitude geral em relação à informação escrita. Durante a época moderna, registros escritos operavam em paralelo a várias outras fontes de informação que eram muitas vezes consideradas substancialmente mais confiáveis. Por toda Europa, assim como na Espanha, a reconstrução de narrativas históricas, por exemplo, dependia majoritariamente de crônicas e antigos forais, não de documentação administrativa recente. Alguns contemporâneos argumentavam que os fatos podiam obscurecer em lugar de esclarecer o que havia transcorrido, já que o que era necessário não era sua enumeração, mas sim sua interpretação por pessoas eruditas. Enquanto a interpretação era confiável, registros administrativos e judiciais, pelo contrário, eram ‘não-probatórios’ no sentido de que eles não podiam por si próprios testemunhar por sua confiabilidade. A esse

¹⁷ Essas observações são baseadas em mais de 30 anos de pesquisa em documentação colonial. Sobre esse ponto, ver também BRENDECKE, Arndt. Arca, archivillo, archivo: The Keeping, Use and Status of Historical Documents about the Spanish Conquista. *Archival Science*, v. 10, p. 267–283, 2010; e Gaudin e Gómez Gómez (2019, p. 307, 309 e 320-321).

¹⁸ RIOL, Santiago Agustín. Informe que hizo a su majestad en 16 de junio de 1726 de su real orden... sobre la creación, erección e institución de los consejos... In: VALLADARES DE SOTOMAYOR, Antonio (ed.). *Semanario erudito que comprehende varias obras inéditas críticas, morales...* Madrid: Blas Roman, 1787. v. 3, p. 73–234, reproduzindo nas p. 121-122 reclamações datadas de 1622 sobre o funcionamento do Conselho de Castela. A tendência de ignorar precedentes também foi descrita por MORANCHEL POCATERRA, Mariana. *El Consejo de Indias y su relación con la vía reservada en el reinado de Felipe V.* 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2012, p. 398.



respeito, eles eram inferiores em status a outros documentos, como forais, que gozavam da proteção de presunções estáveis e amplamente compartilhadas sobre sua autoridade e sua capacidade de prover testemunho, e que de fato eram largamente utilizados por contemporâneos como uma fonte confiável de informação¹⁹.

Seguindo essas convicções, Antonio de Herrera y Tordesillas, *cronista mayor de Indias*, podia argumentar no início do século XVII que documentos encontrados nos arquivos reais de Simancas não eram boas provas para o que havia transcorrido e que, em lugar deles, outras fontes, como narrativas históricas prévias, eram mais confiáveis²⁰. Juan López de Velasco (1530-1598), que era responsável por coletar dados na corte, via a escrita da história como um processo judicial, em que a inquirição judicial e testemunhas juramentadas deveriam ter um papel central²¹. Ele e outros como ele preferiam usar o trabalho de estudiosos anteriores ou os relatos de testemunhas oculares de primeira mão do que integrar em suas histórias documentos produzidos por oficiais reais.

O que era verdade para a escrita da história também o era para a tomada de decisões. Em 1726, Santiago Agustín de Riol observou que os arquivos do Conselho de Castela eram extremamente modestos e, em sua maioria, continham documentação recente²². Isso não incomodava os conselheiros, ele disse, pois suas decisões eram habitualmente fundadas na sabedoria de uns poucos ministros eruditos e eram regidas pelas regras de direito e pelas informações obtidas de narrativas jurídicas e históricas, assim como de relatos orais. De fato, os conselheiros estavam convencidos de que para chegar a uma boa decisão, era desnecessário consultar ‘papeis’ (*papeles*).

Refletindo sobre e reforçando essas atitudes, os arquivos de tomadores de decisão majoritariamente incluíam documentação exigindo deliberação imediata. Todos os outros documentos que ‘já haviam recebido destinação’ (*ya estuviese dado paradero*) e estavam ‘concluídos’ (*fenecidos*) eram classificados como ‘coisas inúteis’ (*cosa inútil*), mesmo ‘mortos’ em um grau de que não poderiam nem ser ‘ressuscitados’ (*papeles muertos... que ningún accidente puede rescucitarlos*)²³. Por causa de convicções desse tipo, tão cedo quanto em 1544, os documentos que já não mais requeriam resolução eram enviados do Conselho das

¹⁹ HEAD, 2019a, p. 255.

²⁰ BRENDECKE, 2010, p. 281.

²¹ PORTUONDO, 2009, p. 61-77, 159-161 e 303-1.

²² RIOL, 1787, p. 86, 117-118, 128, 161, 226, 229 e 234.

²³ NAVARRO BONILLA, 2003, p. 132, citando as palavras de Lope de Vega em 1619.



Índias para o arquivo real, cerca de 200 quilômetros de distância²⁴. Como resultado dessas práticas, no início do século XVII, a *Sala de Índias* de Simancas tinha dezessete baús com cerca de 400 documentos; enquanto isso, em 1709, os arquivos do Conselho em si consistiam apenas de três baús com algumas bulas, relatórios, e outros documentos aleatórios. Em 1715, “o arquivo do Conselho das Índias só existia de nome, reduzido como estava apenas à guarda de alguns papéis e bulas”²⁵.

Se o valor de prova relativamente menor dado a registros administrativos e judiciais era importante, e se a maior parte dos registros terminava em uma localização remota, igualmente problemática era a falta de técnicas permitindo a contemporâneos processar informação e dar sentido ao que continham. Se Filipe II de fato administrava pessoalmente mesmo uma pequena porção das 1250 a 3500 petições mensais que ele tinha reputação de ter examinado²⁶, do que ele lembrava? O que ele entendia? Como ele conectava as diferentes peças de informação? Ele governava o mundo por cadeias de papel, ou ele estava enterrado sob montanhas de informação que ele não conseguia organizar, muito menos escalar?

Como parte de sua rotina diária, Filipe lia incontáveis documentos e expressava sua opinião seja oralmente, seja anotando-os ou glosando-os²⁷. No entanto, em 1573, ele reclamou que havia papéis demais e que muitos deles eram desnecessários. O que era necessário, segundo ele, era a criação de resumos seguidos pela destruição dos documentos originais. Filipe descreveu as múltiplas mesas em que papéis eram acumulados e se opunha à sua dispersão²⁸. Ele perguntava como as diferentes unidades de informação eram amarradas conjuntamente, confessando sua ignorância quando as coisas pareciam ao mesmo tempo muito idênticas e muito distintas. Os colaboradores mais próximos de Filipe estavam tão

²⁴ Essa era a prática comum em todos os conselhos reais: CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Archivi e ordine dei documenti nella Castiglia della prima età moderna. In: GUERCIO, Maria; TAVONI, Maria Gioia; TINTI, Paolo; VECCHI GALLI, Paola (eds.). *Disciplinare la memoria*. Strumenti e pratiche nella cultura scritta, secoli XVI–XVIII. Bologna: Pàtron editore, 2014. p. 123–141.

²⁵ GÓMEZ GÓMEZ, Margarita; GONZÁLEZ FERRÍN, Isabel. El archivo secreto del Consejo de Indias y sus fondos bibliográficos. *Historia, Instituciones, Documentos*, n. 19, 1992, p. 191-195, citação na p. 192. Riol (1787, p. 163-164) descreve o que era guardado em Simancas.

²⁶ BRENDENCKE, 2016, p. 17-18.

²⁷ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. La majestad de Felipe II. Construcción del mito real. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José (ed.). *La corte de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 59-66. Sobre a sobrecarga em outros espaços, ver BLAIR, Ann M. *Too Much to Know*. Managing Scholarly Information before the Modern Age. New Haven: Yale University Press, 2010.

²⁸ Filipe II para Mateo Vázquez, 25 de outubro de 1573, *apud* ESCUDERO, José Antonio. *Felipe II: el rey en el despacho*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2002, p. 105–118.



preocupados com a sobrecarga real que eles às vezes descreviam o rei como um mártir e seu dia como a passagem através de um complexo labirinto. Eles relatavam a fadiga que ler e escrever provocavam nele e explicavam que ele confessava ‘não ter mais olhos nem cabeça para ler as cartas’ (*no tengo ya ojos ni cabeza para leer las cartas*)²⁹. Se essa descrição era genuína, então não é surpresa que ao menos alguns contemporâneos descrevessem o monarca não como um governante formidavelmente informado, mas como um homem cego guiado por outros.

Filipe não era o único a sofrer o martírio dos papeis. Membros de comitês apontados para discutir a fronteira entre Espanha e Portugal frequentemente sentiam o mesmo³⁰. Em sua missão para compreender quem estava onde, fazendo o que e desde quando, eles procediam à coleta do máximo de informação que podiam. Forças eram enviadas para verificar relatórios sobre os paradeiros de rivais, e contemporâneos recorriam ao interrogatório rotineiro de eclesiásticos, comerciantes, colonos, nativos, soldados, desertores, escravos e criminosos. Contemporâneos também estudavam livros de história, liam relatos testemunhais e colecionavam mapas. Entretanto, apesar desses esforços, a maioria concluía que nada sabia ou compreendia. Embora eles culpassem as grandes distâncias, a inacessibilidade do terreno, a familiaridade insuficiente com ele e as más comunicações, e embora eles explicassem que a informação que queriam obter era por natureza secreta, e, portanto, difícil de encontrar, os registros clarificam que dois outros fatores contribuíram largamente para a confusão. Primeiro, a informação que eles coletavam frequentemente levava a conclusões contraditórias, e havia amplo desacordo sobre como resolver essas contradições. Alguns interlocutores argumentavam que a melhor prova de titularidade do território era um português admitindo os direitos da Espanha ou vice-versa; outros sustentavam que autores pertencentes a partes neutras eram mais confiáveis. Para alguns, a informação mais antiga era mais precisa que a nova. Outros acreditavam que técnicas modernas de medição e registro produziam resultados melhores. Também se debatia se a repetição poderia ser usada como um indicativo de que a informação era confiável, ou se era simplesmente uma consequência da tendência dos autores de copiar uns aos outros. Dever-se-ia adotar a opinião da maioria ou a solução que encontrava menos resistência? A natureza da expertise apropriada também estava em questão. Deveria a

²⁹ BOUZA ÁLVAREZ, 1994, p. 62-64.

³⁰ HERZOG, Tamar. *Frontiers of Possession*. Spain and Portugal in Europe and the Americas. Cambridge: Harvard University Press, 2015, p. 27-33.



opinião de geógrafos, que eram teóricos, ser preferida ao conselho dos pilotos que sabiam como navegar?

Enquanto o primeiro problema era como resolver contradições, o segundo era a inabilidade de processar informação. Na altura do século XVIII, além de testemunhos orais, membros do comitê tinham que consultar vinte caixas grandes, dúzias de livros e mais de trinta mapas. Essa explosão de informação levou o vice-rei em Buenos Aires Nicolás Arredondo a protestar em 1795 que havia sido forçado a consultar ‘um infinito número de papeis’³¹. No Mato Grosso, as autoridades portuguesas fizeram o mesmo, sugerindo que havia simplesmente coisas demais para considerar. Os contemporâneos, portanto, enfrentavam não só a necessidade de obter informação, mas também a dificuldade de sumarizar e processar a informação obtida, de comparar seus vários componentes, de resolver contradições e de traduzir as unidades em uma visão única e coerente³².

Assim, embora nós saibamos que em meados do século XV alguns europeus já haviam desenvolvido novos métodos para armazenar, recuperar, disseminar, anotar, acumular e indexar informação, não é claro quão difundidos eram e quão profundamente penetravam³³. Na Espanha, ao menos, a vinculação de diferentes documentos em um conjunto para criar *expedientes*, isto é, arquivos conectando várias peças, havia sido praticada já no século XV, mas seu uso ainda era incomum nos séculos XVI, XVII e XVIII³⁴. Mais típica desse período era a segregação de documentos, não a acumulação, com diferentes registros indo em diferentes direções, para diferentes autoridades e arquivos. Como resultado, embora em alguns casos nós possamos traçar como relatórios do Novo Mundo levavam a certas decisões e como requerimentos paralelos eram lidos em conjunto e respondidos coletivamente, isso era geralmente verdadeiro quando uma decisão concreta precisava ser alcançada³⁵. Sendo assim,

³¹ HERZOG, 2015, p. 30.

³² Ver KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750–1850). *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n. 2, 2009, p. 39-41 e 49-50; VALVERDE, Nuria; LAFUENTE, Antonio. Space Production and Spanish Imperial Geopolitics. In: BLEICHMAR, Daniela; VOX, Paula de; HUFFINE, Kristin; SHEEHAN, Kevin (eds.). *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500–1800*. Stanford: Stanford University Press, 2009. p. 189 e 210.

³³ BLAIR, Ann; STALLYBRASS, Peter. Mediating Information, 1450–1800. In: SISKIN, Clifford; WARNER, William (eds.). *This Is Enlightenment*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010, p. 134 e 149; BLAIR, 2010.

³⁴ RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis. Evolución histórica del expediente. *Anuario de historia del derecho español*, v. 60, n. 8, p. 475–490, 1998; GAUDIN; GÓMEZ GÓMEZ, 2019, p. 311-315.

³⁵ CUNILL, 2020.



isso nos conta muito pouco sobre como a informação era administrada rotineiramente, e não clarifica a questão de se a abundância de casos prévios era consultada e de que maneira. Os peticionários contemporâneos estavam conscientes da impossibilidade de confiar no armazenamento de registros ou em sua consulta habitual. Para assegurar uma decisão a seu gosto, a maioria respaldava seus requerimentos com cópias da documentação relevante e de precedentes, mesmo quando fossem originários dos próprios tomadores de decisão e, em teoria, deveriam ser conhecidos e disponíveis para eles.

Em uma tal configuração, mesmo indivíduos que se posicionavam no lugar certo e coletavam obsessivamente informação não deixaram indicativos de que eles traduziam conhecimento potencial em conhecimento efetivo. Vários deles se tornaram limitadores de acesso, não facilitadores. Em outras palavras, nós ainda não temos provas de que na época moderna os arquivos ocuparam algo mais que um espaço marginal na história do conhecimento. Pelo contrário, o que nós de fato temos é a crítica contemporânea que via o depósito de documentos em arquivos como um método para esquecer em vez de lembrar, para remover em vez de tornar acessível – com a expressão ‘como escrever em um arquivo’ significando simplesmente abandonar o caso e não fazer nada³⁶.

2 Documentos como pessoas e eventos

Se os documentos não eram nem sempre, nem necessariamente utilizados para a tomada moderna e burocrática de decisão ou para a escrita da história, qual era o objetivo de sua produção e conservação?

Uma resposta possível é que, durante a época moderna, registros tinham uma dimensão material importante que tendemos a esquecer. Ao invés de serem meros apoios para recordação, documentos encarnavam e representavam a pessoa que os emitiu. Ordens carregando o selo real, por exemplo, eram recebidas como se o próprio rei estivesse presente³⁷. Elas eram beijadas (como seriam os pés reais) e colocadas sobre a cabeça (para reproduzir sujeição física, como curvar-se ao rei). Essa cerimônia era tão poderosa que poderia ser recordada como o ato de colocar uma coroa dourada na cabeça da pessoa que lia o

³⁶ Esse dito é atribuído a Lope de Vega: BRENDENCKE, 2010, p. 267-268.

³⁷ RAPPAPORT, Joanne; CUMMINS, Tom. *Beyond the Lettered City*. Indigenous Literacies in the Andes. Durham: Duke University Press, 2012.



decreto, pois, enquanto a cerimônia durasse, também ele se tornava o rei. Ou, como as resoluções do concílio eclesiástico de Lima declararam em 1585, beijar os decretos reais e colocá-los sobre a cabeça se justificava não porque eles eram feitos de cera ou papel, mas porque eram o rei. Uma atitude similar era exibida quanto às assinaturas, que poderiam ser compreendidas não como letras de um texto, mas como retratos pictóricos que poderiam ser venerados como objetos, até relíquias. Assinaturas poderiam ser ‘desencarnadas do sentido de palavra escrita e assumir a materialidade do corpo’ ao não apenas testificar a autenticidade do documento, mas manifestar visualmente ‘a presença de alguém que não pode estar fisicamente presente, mas cujo traço transcende o tempo e o espaço’.

Já que as cartas reais representavam o corpo do rei, elas não deveriam circular amplamente pois “era contra a decência e o bom respeito serem tocadas por todas as mãos”³⁸. E, uma vez que encarnavam o monarca, os selos reais recebidos pelas *audiencias* americanas deveriam ser tratados como se “nossa pessoa real estivesse entrando”³⁹. Magistrados e autoridades urbanas deveriam dar boas-vindas ao selo fora da cidade, como teriam feito se o rei houvesse chegado, e garantir que ele entrasse na jurisdição a cavalo ou mula, apropriadamente decorado e acompanhado pelos magistrados mais elevados (o presidente e o ouvidor mais antigo) com “toda a veneração que se requer, segundo e como é de costume”. Depois, o selo teria que ser protegido com a “autoridade e decência” que merecia. Como as ordens escritas do rei substituíam tanto sua presença quanto sua voz e supriam encontrá-lo pessoalmente, contemporâneos comentavam que elas permitiam ao monarca se esconder⁴⁰. Documentos, eles argumentavam, poderiam capturar e até substituir as vozes dos cortesãos, uma realidade que criticavam, embora admitissem que documentos tinham a vantagem de falar apenas quando perguntados e que suas respostas eram sempre relevantes, uma realidade que apreciavam⁴¹.

Se os registros poderiam representar a pessoa que os autorizava, podiam também representar o ato registrado. Considerados uma réplica simbólica, mas essencial do que transcorreu, um monumento do que aconteceu, eles substituíam, encarnavam e representavam a ocasião que levou a sua formação, sendo por vezes o próprio ato de registrar mais

³⁸ BOUZA ÁLVAREZ, 1994, p. 59.

³⁹ *Recopilación de Indias*, livro II, título 21, leis 1 e 2.

⁴⁰ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Escritura, propaganda y despacho de Gobierno. In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio (ed.). *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999, p. 100 e 103.

⁴¹ BRENDENCKE, 2010, p. 269.



significativo do que o registro em si⁴². O ato de registrar era performativo porque constituía uma nova realidade ao invés de fixá-la na memória. Ele distribuía (e redistribuía) poder e estabelecia legitimidade. A capacidade que a produção de registros tinha para atribuir jurisdição, por exemplo, era evidente em procedimentos criminais, nos quais controlar materialmente os registros era essencial, pois, ao possuí-los, a pessoa que fisicamente os detinha também obtinha jurisdição⁴³.

Essas práticas, que transformavam os registros em pessoas e objetos, não se centravam na recordação. De fato, substituir os documentos perdidos com a memória daqueles que testemunharam sua produção era insuficiente porque o que estava em jogo não era a memória do que tinha sido feito, mas suas relíquias materiais, sua tangível persistência. Tal era a ênfase na materialidade que na Quito de 1620 um criminoso condenado que já tinha cumprido sua pena não poderia se defender contra uma dupla incriminação (isto é, um novo julgamento) porque não poderia produzir os registros originais da audiência e porque as declarações das testemunhas, que sabiam da ocorrência do julgamento e o viram cumprir a punição, foram julgadas insuficientes, pois inadequadas⁴⁴.

A insistência dos espanhóis que invadiram o Novo Mundo em registrar seus feitos por escrito, portanto, não deve ser necessariamente considerada como uma expressão do desejo de produzir provas, mas como um meio de obter jurisdição. O mesmo era verdade quanto à fundação de novas cidades, que frequentemente existiam no papel muito antes de sua primeira pedra fundamental⁴⁵. Não apenas a jurisdição poderia ser obtida pela produção de papéis, mas o registro contínuo confirmava sua persistência. Isso explica os registros de câmaras municipais como os de Marvão em Portugal, que apenas incluíam informação sobre o ir e vir de camarários⁴⁶. Confirmando quem se reuniu e quando, esses registros não continham absolutamente nada sobre as matérias discutidas e votadas. Atas municipais como essas não

⁴² O'TOOLE, James M. Cortes' Notary: The Symbolic Power of Records. *Archival Science*, v. 2, p. 45–61, 2002. Ver também MACNEIL, Heather. From the Memory of the Act to the Act Itself. The Evolution of Written Records as Proof of Jural Acts in England, 11th to 17th Century. *Archival Science*, v. 6, 2006, p. 314-315.

⁴³ HERZOG, Tamar. *Upholding Justice*. Society, State, and the Penal System in Quito, 1650–1750. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004, p. 31-32 e 50.

⁴⁴ HERZOG, 2004, p. 50. Sobre esses temas, ver também: HERZOG, Tamar. *Mediación, archivos y ejercicio*: los escribanos de Quito, siglo XVII–XVIII. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1996, p. 19-21.

⁴⁵ HERZOG, Tamar. *Defining Nations*. Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America. New Haven: Yale University Press, 2003, p. 43.

⁴⁶ HERZOG, 2015, p. 184-186, resume o que encontrei nos arquivos de Valencia de Alcántara, embora não mencione especificamente a natureza reduzida dos arquivos da vizinha Marvão.



registravam o que a câmara fez; elas não eram fontes de informação; elas registravam que a câmara existia, uma verificação que era essencial porque uma vila sem autogoverno não era realmente uma vila. Portanto, para confirmar que Marvão existia, era vital mostrar que sua câmara se reunia, mas não o que discutia.

Enquanto documentos eram objetos materiais e sua elaboração podia atender necessidades além da informação ou recordação, o ato de ‘conhecer’ tinha múltiplos significados na época moderna. Por exemplo, quando residentes no território da *Audiencia* de Quito (atualmente no Equador) foram inquiridos no final do século XVII e começo do século XVIII se “conheciam” o vice-rei do Peru, eles foram divididos entre aqueles que “conheciam” o vice-rei *de oídas, de vista, de comunicaci3n* e *de trato*⁴⁷. Aqueles que o conheciam *de oídas* [por ouvir] tinham apenas ouvido falar sobre ele; aqueles que o conheciam *de vista* [por ver] o haviam visto; aqueles que o conheciam *de comunicaci3n* [por comunica33o] haviam falado com ele; aqueles que o conheciam *de trato* [por tratamento] mantinham uma rela33o pessoal de algum grau com ele. Todas essas intera33es foram classificadas pelas testemunhas como ‘conhecer’ (*conocer*), mas, nesse contexto, ‘conhecer’ incluía principalmente um reconhecimento de que o vice-rei estava lá, e de que elas estavam sujeitas a ele. Esse conhecimento era altamente ritualístico e dependia de uma performance voltada à confirma33o de status, não à posse de dados.

Historiadores sugeriram, ent33o, que embora as *relaciones geográficas* possam não ter sido utilizadas pelo Conselho das Índias em seus processos de tomada de decis33o, e embora as *relaciones* certamente não tenham levado à elabora33o de uma grande síntese, elas podem ter permitido ao Conselho ‘conhecer’ como eram os diferentes territórios⁴⁸. Que o conhecimento garantia a sujei33o desses territórios a sua autoridade seria também confirmado pelas reformas quinhentistas do Conselho, as quais desencadearam campanhas para coleta de informa33es, mas também previam a nomea33o de um sabe-tudo, um cosmógrafo-cronista, que poderia assessorar o Conselho em como proceder⁴⁹ [n. 46]. Ao invés de depender de múltiplas

⁴⁷ HERZOG, Tamar. La presencia ausente: El virrey desde la perspectiva de las élites locales (Audiencia de Quito, 1670–1747). In: FERNÁNDEZ ALBADALEJO, Pablo (ed.). *Monarquía, Imperio y Pueblos en la España Moderna*, Actas de la IV Reunión Científica de la Asociación Española de Historia Moderna, Alicante 27–30 de mayo de 1996. Alicante: Universidad de Alicante, 1997, p. 819–826.

⁴⁸ PORTUONDO, 2009, p. 222.

⁴⁹ RUAN, Felipe E. Prudent Deferment: Cosmographer-Chronicler Juan López de Velasco and the Historiography of the Indies. *The Americas*, v. 74, n. 1, 2017, p. 33-38 e 43-45.



testemunhas e informantes, haveria agora uma única pessoa que talvez não produzisse muito, mas teria a autoridade final para censurar ou corrigir os outros, e julgar polêmicas.

3 A história mais longa dos arquivos

Essa lógica - a materialidade dos registros, sua natureza simbólica, e o tipo de conhecimento que eles produziam – estava frequentemente em ação na fundação dos arquivos. O *Archivo General de Simancas* foi estabelecido em 1540 como um depósito para proteger os títulos e prerrogativas do imperador Carlos V⁵⁰. Ao invés de um escritório de registros públicos ou um espaço potencialmente acessível a visitantes, o *Archivo General* era uma fortaleza também utilizada como prisão de segurança máxima, e um cofre para dinheiro e joias. Protegendo tanto o que era útil quanto o que era ameaçador, o arquivo foi imaginado como um espaço que incluía pessoas ou armas que poderiam defender ou atacar o rei. A sala-cofre onde os documentos eram guardados situava-se em um local particularmente inacessível e sua localização exata dentro da estrutura era (em teoria) secreta⁵¹. O acesso à documentação era altamente restrito durante a época moderna, quando até uma ordem real poderia ser insuficiente para garantir que a documentação poderia ser vista⁵². Quando a permissão para consultar os registros era concedida, oficiais reais frequentemente tinham que revisar seu conteúdo e aprovar a consulta antes que pudessem ser lidos. Os próprios documentos eram tratados como se fossem prisioneiros dignos e importantes. Abrir e fechar a câmara, que tinha barras na porta, assim como emprestar e depositar documentos, eram

⁵⁰ RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis; RODRÍGUEZ DE DIEGO, Julia T. Un archivo no solo para el rey. Significado social del proyecto simanquino en el siglo XVI. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José (ed.). *Felipe II (1527–1598), Europa y la Monarquía Católica*. Madrid: Editorial Parteluz, 1998. v. 4, p. 465; FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, Laura. The Architecture of the Treasure-Archive: The Archive at Simancas Fortress 1540–1569. In: GARCÍA GARCÍA, Bernardo J.; CRUZ MEDINA, Vanessa de (eds.). *Lazos familiares, cultura política y mecenazgo artístico entre las cortes de los Habsburgo*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2016. p. 1–44; CASTILLO GÓMEZ, Antonio. The New Culture of Archives in Early Modern Spain. *European History Quarterly*, v. 46, n. 3, p. 545–567, 2016.

⁵¹ De acordo com Riol, embora papéis desorganizados não tivessem corpo e seu perigo fosse escondido, eram não obstante um “monstro feroz” e um “inimigo implacável” que poderiam provocar a inversão da ordem e ofender tanto os privilégios reais quanto a honra real: RIOL, 1787, p. 77-78.

⁵² NAVARRO BONILLA, 2003, p. 100-101 e 186-189.



questões altamente ritualizadas que se assimilavam à chegada e partida de dignitários⁵³. O próprio arquivo deveria ser ao mesmo tempo forte e belo⁵⁴.

Reformas em Simancas eram direcionadas principalmente a garantir que os direitos e privilégios da coroa e seus vassalos fossem melhor guardados e protegidos⁵⁵. Ainda no século XVIII, contemporâneos argumentavam que isso era importante porque os reinos da Espanha consistiam na reunião de diferentes unidades, e em cada uma o monarca tinha um conjunto distinto de direitos e obrigações. Também eram de especial importância os privilégios do rei em relação à igreja. O objetivo da conservação de registros era, portanto, garantir que o rei não renunciaria a suas faculdades e direitos nem infringiria aqueles que pertenciam a outros. Já que, tipicamente, os arquivos eram consultados quando a autenticidade ou conteúdo de um privilégio particular era debatido, os arquivistas poderiam afetar consideravelmente o resultado ao conceder a apenas uma parte acesso aos registros⁵⁶.

Se os arquivos tinham por objetivo resguardar tesouros ou inimigos e garantir que eles fossem inacessíveis, também eram um meio para produzir certas imagens. O que era guardado, e como, sofria influência dessas necessidades⁵⁷. O desejo de controlar qual passado seria lembrado também levou à nomeação de contadores oficiais de histórias, os historiadores reais, que deveriam escrever a história do império. O *Diccionario de Autoridades* de 1726 capturou essa lógica quando definiu arquivos como “espaço público em que documentos originais e instrumentos contendo os direitos do príncipe e de particulares são guardados”⁵⁸. O dicionário também afirmava que, metaforicamente, arquivo era um termo que designava um homem, um peito ou um coração que guardava os segredos a que eram confiados. Com a

⁵³ Dessa perspectiva, Simancas era similar aos arquivos reais de outros espaços na Europa: POTIN, Yann. *L'État et son trésor. La science des archives à la fin du Moyen Âge. Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 133, 2000, p. 48-52; e TEUSCHER, Simon. Document Collections, Mobilized Regulations, and the Making of Customary law at the End of the Middle Ages. *Archival Science*, v. 10, 2010, p. 215. Sobre documentos como algo ameaçador, ver também BURKE, Peter. Commentary. *Archival Science*, v. 7, 2007, p. 393-394.

⁵⁴ RiOL descreve Simancas como *hermoso, admirable, fino, simétrico, maravilloso*, mas também *fuerte e capaz*, cf. RIOL, 1787, p. 204-206.

⁵⁵ Esses objetivos foram expressos em 1726, quando o rei ordenou uma inspeção em Simancas: RIOL, 1787, p. 75-76. Sobre porque isso era importante, ver: RIOL, 1787, p. 113-117 e 223.

⁵⁶ Em 1630, o arquivista de Simancas foi acusado de dar acesso desigual às partes de um conflito: NAVARRO BONILLA, 2003, p. 196-197.

⁵⁷ MONTCHER, Fabien. Archives and Empire: Scholarly Archival Practices, Royal Historiographers, and Historical Writing across the Iberian Empire (Late 16th and Early 17th Century). *Storia della Storiografia*, v. 68, n. 2, 2015, p. 24-29.

⁵⁸ REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua castellana*. Madrid: Francisco del Hierro, 1726, p. 379.



mesma simbologia, um secretário era uma pessoa que sabia dos segredos de alguém, mas não os revelava⁵⁹.

Enquanto Simancas tinha a função real e simbólica de encarnar o rei e não apenas – talvez nem principalmente – facilitar o trabalho da burocracia real, o *Archivo General de Indias*, fundado em Sevilha na década de 1780, tinha uma missão radicalmente diferente. Aqui, a tarefa era estabelecer uma divisão clara entre a história espanhola (e europeia) e a história hispano-americana (e colonial)⁶⁰. A fundação do arquivo exigiu que os contemporâneos distinguíssem, dentre a multiplicidade de depósitos existentes, quais materiais eram coloniais e quais não eram. Depois que o arquivo foi constituído, ficou mais fácil imaginar as Américas como um espaço político separado, de fato, uma colônia. O novo arquivo também expressava orgulho pelo que havia sido realizado no ultramar, e oferecia uma oportunidade para os espanhóis o exibirem.

Historiadores que estudaram essas questões concluíram, portanto, que a constituição de arquivos não era necessariamente dirigida a facilitar o acesso à informação. Ao invés disso, arquivos foram construídos principalmente para manter documentos seguros e fora do alcance de leitores⁶¹. Eles garantiam que registros importantes seriam ao mesmo tempo controlados e tornados inacessíveis, e obedeciam a uma lógica ditada principalmente por necessidades patrimoniais, culturais e historiográficas, não de governança. Assim, não é surpreendente que, embora contemporâneos argumentassem que relatos escritos eram essenciais para garantir o bom governo, na prática, quase todas as petições para ler ou copiar documentos mantidos em Simancas eram motivadas pelo desejo de confirmar os privilégios de reis, corporações, e indivíduos, e não de obter informação administrativa e judicial. Também não surpreende que a maioria desses pedidos viesse de particulares, não de oficiais reais⁶².

⁵⁹ MARTÍNEZ GARCÍA, Luis. El archivo de Simancas en el Antiguo Régimen: secreto, patrimonio, justificación y legitimidad real. *Boletín de la ANABAD*, v. 49, n. 2, 1999, p. 80.

⁶⁰ SLADE, David F. Imagining from Within: Archives, History and Ibero-American Enlightened Discourse. In: COIGNARD, Tristan; DAVIS, Peggy; MONTOYA, Alicia C. (eds.). *Lumières et histoire*. Paris: Éditions Champion, 2010, p. 195–213; e HAMANN, Byron. *The Invention of the Colonial Americas: Data, Architecture, and the Archives of the Indies (1781–1844)*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2022.

⁶¹ INSTRUCCIÓN para el gobierno del archivo de Simancas, año 1588. Madrid: Ministerio de Cultura, 1989, e ORDENANZAS para el Archivo General de Indias. Madrid: Imprenta de la viuda de Ibarra, 1790.

⁶² RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis. Archivos del poder, archivos de la administración, archivos de la historia (s. XVI–XVII). In: GENEROLO, Juan Jose; MORENO LÓPEZ, Ángeles (eds.). *Historia de los archivos y de la archivística en España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998, p. 37–39. Ver também BRENDENCKE, 2010, p. 270.



A literatura sobre arquivos familiares e municipais tem insistido igualmente que a formação dos arquivos era principalmente conectada, por um lado, à proteção de privilégios, e, por outro, a um projeto de construção de memória e identidade⁶³. À semelhança dos arquivos reais, arquivos familiares e municipais deveriam resguardar os direitos de famílias e comunidades, bem como estabelecer uma narrativa sobre quem e o que eles eram. Arquivos facilitavam a defesa de direitos e privilégios, mas também formavam uma herança material, com importantes funções simbólicas e imateriais. Se pertenciam a famílias e municipalidades, eles também as produziam, como no caso acima mencionado de Marvão. Precisamente por essa razão, eles poderiam facilmente se tornar espaços de contestação por causa de ideias conflitantes sobre o que eles deveriam conter, e quem deveria controlá-los⁶⁴. Como um resultado dessas disputas, arquivos poderiam ser capturados ou destruídos, e documentos poderiam ser conservados, roubados ou falsificados. Como os arquivos eram construções históricas, e não locais onde informação era guardada, devemos perguntar por que eles vieram a existir, a quais propósitos serviam, e como isso mudou ao longo do tempo.

4 Quem está olhando

Mesmo se acreditássemos que a informação coletada era destinada a ser usada e que contemporâneos desenvolveram métodos para processá-la, ainda precisaríamos levar em conta o que eles sabiam frente ao que nós, como historiadores, sabemos. Deixem-me finalizar com o seguinte exemplo.

Muitos anos atrás, os editores de um livro sobre globalização me pediram para escrever um ensaio descrevendo a época moderna⁶⁵. Eles estavam particularmente

⁶³ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001, p. 241-288; KETELAAR, Eric. Records Out and Archives In: Early Modern Cities as Creator of Records and as Communities of Archive. *Archival Science*, v. 10, p. 201–210, 2010; CASTILLO GÓMEZ, 2014, p. 130-133; GUTIÉRREZ-DE-ARMAS, Judit. Archival Practices in Early Modern Spain: Transformation, Destruction and (Re)construction of Family Archives in the Canary Islands. *Archives and Manuscripts*, v. 48, n. 1, p. 5–24, 2020.

⁶⁴ HEAD, Randolph C. Early Modern European Archivality: Organised Records, Information, and State Power around 1500. In: CORENS, Liesbeth; PETERS, Kate; WALSHAM, Alexandra (eds.). *Archives and Information in the Early Modern World*. Proceedings of the British Academy. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 29–51. Sobre a destruição de arquivos, ver NAVARRO BONILLA, 2003, p. 159-168.

⁶⁵ HERZOG, Tamar. The Meeting of Worlds: Did Early Modern Expansion lead to Globalization? In: KEDAR, Benjamin Z. (ed.). *New Ventures in Comparative History*. Jerusalem: Magnes Press, 2009. p. 85–104.



interessados em saber se o colonialismo moderno poderia ser retratado como o ponto de partida de um movimento global de pessoas, bens, ideias, práticas e instituições. Minha resposta era de que a época moderna testemunhou um enorme aumento nas conexões globais. Isso levou ao ‘Intercâmbio Transoceânico’^{66c}: a transferência de flora e fauna – incluindo germes – de um lado do oceano para o outro⁶⁷. Na esfera econômica, um ‘Sistema-Mundo’ pode ter nascido, com uma divisão do trabalho – persistente até hoje, segundo muitos – que permitiu a alguns se beneficiarem do comércio global mais do que outros⁶⁸. Misturas também estavam em ascensão: práticas antigas foram combinadas com novas, criando formas e povos híbridos que eram de lugar nenhum e de todo lugar ao mesmo tempo⁶⁹. A questão, contudo, era quem estava testemunhando esses desdobramentos e como.

Quando escrevi minha resposta em 2009, argumentei que, ao passar de uma visão panorâmica para o nível do solo, do que historiadores sabem para o que contemporâneos acreditavam, as coisas se tornam muito mais obscuras. Alguns contemporâneos estavam cientes da existência de um mundo mais amplo. Entre eles estavam os membros da diáspora mercantil sefardita, que experienciaram as múltiplas (e importantes) conexões entre Europa, África, Ásia e as Américas⁷⁰. Também era o caso dos burocratas que se moviam de uma parte do globo à outra, ou dos residentes de Mazagão, uma cidade portuguesa que foi evacuada da África, enviada para Lisboa, e então transferida para o Brasil⁷¹. Não obstante, para a maioria das pessoas da época, os horizontes mais amplos raramente se tornavam realidade, ou, ainda que fossem de fato presentes, eram no máximo vagos, pouco claros e confusos⁷².

^{66c} *N. do T.*: em referência ao livro de Alfred Crosby citado na nota seguinte, traduzido em língua espanhola como *El Intercambio Transoceánico* (CROSBY, Alfred W. *El Intercambio Transoceánico: consecuencias biológicas y culturales a partir de 1492*. Trad. Cristina Carbó. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1991).

⁶⁷ CROSBY, Alfred. *The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492*. Westport: Greenwood Publishing, 1972.

⁶⁸ WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

⁶⁹ GRUZINSKI, Serge. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999.

⁷⁰ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken. *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2007; e TRIVELLATO, Francesca. *The Familiarity of Strangers: The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period*. New Haven: Yale University Press, 2009.

⁷¹ MALCHER DE ARAÚJO, Renata. *As cidades da Amazônia no séc. XVIII*. Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Universidade do Porto, 1998; e VIDAL, Laurent. *Magazão, la ville qui traversa l'Atlantique*. Paris: Flammarion, 2005.

⁷² VAN DEUSEN, Nancy E. *Global Indios: The Indigenous Struggle for Justice in Sixteenth-Century Spain*.



É claro que, como historiadores, podemos analisar todos esses processos desde cima e do presente, e afirmar a existência, de fato a intensificação, senão a predominância absoluta, das conexões em escala mundial. Podemos fazê-lo porque temos a nossa disposição muitos registros de diferentes naturezas e proveniências. Podemos saltar de um lugar para o próximo, comparar um período com o outro, e desenvolver um argumento plausível e lógico sobre o que transcorreu. Isso desde que nos lembremos que nossa visão é radicalmente diferente daquela dos contemporâneos, que certamente conheciam algumas coisas melhor do que nós, mas outras nem tanto.

De volta ao acúmulo e gestão da informação: os historiadores não apenas utilizam categorias analíticas que são frequentemente alheias ao passado, e não apenas são, supostamente, observadores neutros – algo que os contemporâneos nunca foram –, mas historiadores também têm a vantagem (ou desvantagem) de serem capazes de acumular, contabilizar, descrever, analisar e organizar informações que os contemporâneos podem não ter tido, podem não ter usado, ou podem ter usado diferentemente. Quando escrevemos, devemos reproduzir a visão de quem? Quais interpretações devemos seguir? Quem pode oferecer uma imagem mais precisa da história, nós ou os atores do passado?

Referências

ARROYO ILERA, Fernando. Las relaciones geográficas y el conocimiento del territorio en tiempos de Felipe II. *Estudios Geográficos*, v. 59, n. 231, p. 169-200, 1998.

BANKS, Kenneth J. *Chasing Empire Across the Sea: Communications and the State in the French Atlantic, 1713–1763*. Montreal: McGill – Queen’s University Press, 2002.

BAYLY, Christopher A. *Empire and Information: Intelligence Gathering and Social Communication in India, 1780–1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BLAIR, Ann M. *Too Much to Know. Managing Scholarly Information before the Modern Age*. New Haven: Yale University Press, 2010.

BLAIR, Ann; STALLYBRASS, Peter. Mediating Information, 1450–1800. In: SISKIN, Clifford; WARNER, William (eds.). *This Is Enlightenment*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010. p. 139–163.

Durham: Duke University Press, 2015.



BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito*. Una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Escritura, propaganda y despacho de Gobierno. In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio (ed.). *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999. p. 85–109.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. La majestad de Felipe II. Construcción del mito real. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José (ed.). *La corte de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1994. p. 37–72.

BRENDECKE, Arndt. Arca, archivillo, archivo: The Keeping, Use and Status of Historical Documents about the Spanish Conquista. *Archival Science*, v. 10, p. 267–283, 2010.

BRENDECKE, Arndt. *The Empirical Empire*. Spanish Colonial Rule and the Politics of Knowledge. Berlin: Walter de Gruyter GmbH, 2016.

BURKE, Peter. *A Social History of Knowledge: From Gutenberg to Diderot*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BURKE, Peter. Commentary. *Archival Science*, v. 7, p. 391–397, 2007.

CARRERA STAMPA, Manuel. Relaciones geográficas de Nueva España, siglos XVI y XVIII. *Estudios de Historia Novohispana*, n. 2, p. 1–31, 1968.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Archivi e ordine dei documenti nella Castiglia della prima età moderna. In: GUERCIO, Maria; TAVONI, Maria Gioia; TINTI, Paolo; VECCHI GALLI, Paola (eds.). *Disciplinare la memoria*. Strumenti e pratiche nella cultura scritta, secoli XVI–XVIII. Bologna: Pàtron editore, 2014. p. 123–141.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. The New Culture of Archives in Early Modern Spain. *European History Quarterly*, v. 46, n. 3, p. 545–567, 2016.

CLINE, Howard F. The Relaciones Geográficas of the Spanish Indies, 1577–1586. *Hispanic American Historical Review*, v. 44, n. 3, p. 341–374, 1964.

CROSBY, Alfred. *The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492*. Westport: Greenwood Publishing, 1972.

CUNILL, Caroline. Margins of Documents, Center of Power: A Case Study on the Consejo de Indias' Annotated Paperwork and the Construction of Legality in an Imperial Archive. *Archival Science*, v. 20, n. 4, p. 381–400, 2020.

DONATO, Maria Pia. La fabrique des faits historiques. Comment utiliser les archives à l'époque de Napoléon? In: SAADA, Anne; DONATO, Maria Pia (eds.). *Pratiques d'archives à l'époque moderne*. Europe, mondes coloniaux. Paris: Classiques Garnier, 2019. p. 95–113.

ELLIOTT, John H. *Imperial Spain, 1469–1716*. New York: Mentor Books, 1966.



ESCUADERO, José Antonio. *Felipe II: el rey en el despacho*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2002.

FERNÁNDEZ LÓPEZ, Francisco. La Casa de la Contratación de Indias: gestión, expedición y control documental (siglos XVI–XVII). *Relaciones*, n. 144, p. 169–193, 2015.

FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, Laura. The Architecture of the Treasure-Archive: The Archive at Simancas Fortress 1540–1569. In: GARCÍA GARCÍA, Bernardo J.; CRUZ MEDINA, Vanessa de (eds.). *Lazos familiares, cultura política y mecenazgo artístico entre las cortes de los Habsburgo*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2016. p. 1–44.

GAUDIN, Guillaume; GÓMEZ GÓMEZ, Margarita. Les archives impériales espagnoles. Nouveaux acteurs et nouvelles pratiques de gouvernement au Conseil des Indes (XVIe–XVIIe s.). In: DONATO, Maria Pia; SAADA, Anne (eds.). *Pratiques d'archives à l'époque moderne*. Europe, mondes coloniaux. Paris: Classiques Garnier, 2019, p. 299–322.

GÓMEZ GÓMEZ, Margarita; GONZÁLEZ FERRÍN, Isabel. El archivo secreto del Consejo de Indias y sus fondos bibliográficos. *Historia, Instituciones, Documentos*, n. 19, p. 187–214, 1992.

GRUZINSKI, Serge. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999.

GUTIÉRREZ-DE-ARMAS, Judit. Archival Practices in Early Modern Spain: Transformation, Destruction and (Re)construction of Family Archives in the Canary Islands. *Archives and Manuscripts*, v. 48, n. 1, p. 5–24, 2020.

HAMANN, Byron. *The Invention of the Colonial Americas: Data, Architecture, and the Archives of the Indies (1781–1844)*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2022.

HEAD, Randolph C. Early Modern European Archivality: Organised Records, Information, and State Power around 1500. In: CORENS, Liesbeth; PETERS, Kate; WALSHAM, Alexandra (eds.). *Archives and Information in the Early Modern World*. Proceedings of the British Academy. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 29–51.

HEAD, Randolph C. Empire at Home. European Chancellery Practices and the Challenges of Record Keeping for Early Modern Colonial Enterprises. In: DONATO, Maria Pia; SAADA, Anne (eds.). *Pratiques d'archives à l'époque moderne*. Europe, mondes coloniaux. Paris: Classiques Garnier, 2019a. p. 249–269.

HEAD, Randolph C. *Making Archives in Early Modern Europe: Proof, Information, and Political Record-Keeping, 1400–1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019b.

HERZOG, Tamar. *Defining Nations*. Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America. New Haven: Yale University Press, 2003.



HERZOG, Tamar. *Frontiers of Possession. Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

HERZOG, Tamar. La presencia ausente: El virrey desde la perspectiva de las élites locales (Audiencia de Quito, 1670–1747). In: FERNÁNDEZ ALBADALEJO, Pablo (ed.). *Monarquía, Imperio y Pueblos en la España Moderna*, Actas de la IV Reunión Científica de la Asociación Española de Historia Moderna, Alicante 27–30 de mayo de 1996. Alicante: Universidad de Alicante, 1997. p. 819–826.

HERZOG, Tamar. *Mediación, archivos y ejercicio: los escribanos de Quito, siglo XVII–XVIII*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1996.

HERZOG, Tamar. The Meeting of Worlds: Did Early Modern Expansion lead to Globalization? In: KEDAR, Benjamin Z. (ed.). *New Ventures in Comparative History*. Jerusalem: Magnes Press, 2009. p. 85–104.

HERZOG, Tamar. *Upholding Justice. Society, State, and the Penal System in Quito, 1650–1750*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.

INSTRUCCIÓN para el gobierno del archivo de Simancas, año 1588. Madrid: Ministerio de Cultura, 1989.

JIMÉNEZ DE LA ESPADA, Marcos. *Relaciones geográficas de Indias*. Madrid: Tip. de M.G. Hernández, 1881–1897.

KANTOR, Iris. Cartografía e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750–1850). *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n. 2, p. 39–61, 2009.

KETELAAR, Eric. Records Out and Archives In: Early Modern Cities as Creator of Records and as Communities of Archive. *Archival Science*, v. 10, p. 201–210, 2010.

MACNEIL, Heather. From the Memory of the Act to the Act Itself. The Evolution of Written Records as Proof of Jural Acts in England, 11th to 17th Century. *Archival Science*, v. 6, p. 313–328, 2006.

MALCHER DE ARAÚJO, Renata. *As cidades da Amazônia no séc. XVIII*. Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Universidade do Porto, 1998.

MARTÍNEZ GARCÍA, Luis. El archivo de Simancas en el Antiguo Régimen: secreto, patrimonio, justificación y legitimidad real. *Boletín de la ANABAD*, v. 49, n. 2, p. 77–116, 1999.

MONTCHER, Fabien. Archives and Empire: Scholarly Archival Practices, Royal Historiographers, and Historical Writing across the Iberian Empire (Late 16th and Early 17th Century). *Storia della Storiografia*, v. 68, n. 2, p. 21–35, 2015.



MORANCHEL POCATERRA, Mariana. *El Consejo de Indias y su relación con la vía reservada en el reinado de Felipe V*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2012.

NAVARRO BONILLA, Diego. *La imagen del archivo*. Representación y funciones en España (siglos XVI y XVII). Gijón: Ediciones Trea, 2003.

O'TOOLE, James M. Cortes' Notary: The Symbolic Power of Records. *Archival Science*, v. 2, p. 45–61, 2002.

ORDENANZAS para el Archivo General de Indias. Madrid: Imprenta de la viuda de Ibarra, 1790.

PORTUONDO, María M. *Secret Science: Spanish Cosmography and the New World*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

POTIN, Yann. L'État et son trésor. La science des archives à la fin du Moyen Âge. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 133, p. 68-52, 2000.

RAMA, Ángel. *The Lettered City*. Trad. John Charles Chasteen. Durham, NC: Duke University Press, 1996.

RAPPAPORT, Joanne; CUMMINS, Tom. *Beyond the Lettered City*. Indigenous Literacies in the Andes. Durham: Duke University Press, 2012.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua castellana*. Madrid: Francisco del Hierro, 1726.

RIOL, Santiago Agustín. Informe que hizo a su majestad en 16 de junio de 1726 de su real orden... sobre la creación, erección e institución de los consejos... In: VALLADARES DE SOTOMAYOR, Antonio (ed.). *Semanario erudito que comprehende varias obras inéditas críticas, morales...* Madrid: Blas Roman, 1787. v. 3, p. 73–234.

RIORDAN, Michael. The State Papers and the Writing of History in Early Seventeenth Century England. In : SAADA, Anne; DONATO, Maria Pia (eds.). *Pratiques d'archives à l'époque moderne. Europe, mondes coloniaux*. Paris: Classiques Garnier, 2019. p. 69-93.

RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis. Archivos del poder, archivos de la administración, archivos de la historia (s. XVI–XVII). In: GENEROLO, Juan Jose; MORENO LÓPEZ, Ángeles (eds.). *Historia de los archivos y de la archivística en España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998. p. 29–42.

RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis. Evolución histórica del expediente. *Anuario de historia del derecho español*, v. 60, n. 8, p. 475–490, 1998.

RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis; RODRÍGUEZ DE DIEGO, Julia T. Un archivo no solo para el rey. Significado social del proyecto simanquino en el siglo XVI. In: MARTÍNEZ



MILLÁN, José (ed.). *Felipe II (1527–1598), Europa y la Monarquía Católica*. Madrid: Editorial Parteluz, 1998. v. 4. p. 463–476.

RUAN, Felipe E. Cosmographic Description, Law, and Fact Making: Juan López de Velasco's American and Peninsular Questionnaires. *Colonial Latin American Review*, v. 28, n. 4, p. 450–477, 2019.

RUAN, Felipe E. Prudent Deferment: Cosmographer-Chronicler Juan López de Velasco and the Historiography of the Indies. *The Americas*, v. 74, n. 1, p. 27–55, 2017.

SAADA, Anne; DONATO, Maria Pia (eds.). *Pratiques d'archives à l'époque moderne. Europe, mondes coloniaux*. Paris: Classiques Garnier, 2019.

SCOTT, James. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Conditions Have Failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.

SEED, Patricia. *Ceremonies of Possession in Europe's Conquest of the New World, 1492–1640*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SLADE, David F. Imagining from Within: Archives, History and Ibero-American Enlightened Discourse. In: COIGNARD, Tristan; DAVIS, Peggy; MONTROYA, Alicia C. (eds.). *Lumières et histoire*. Paris: Éditions Champion, 2010. p. 195–213.

SOLANO, Francisco; PONCE, Pilar (eds.). *Cuestionarios para la formación de las relaciones geográficas de Indias: siglos XVI–XIX*. Madrid: CSIC, 1988.

STOLER, Ann Laura. Colonial Archives and the Arts of Governance. *Archival Science*, v. 2, p. 87–109, 2002.

STUDNICKI-GIZBERT, Daviken. *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

TEUSCHER, Simon. Document Collections, Mobilized Regulations, and the Making of Customary law at the End of the Middle Ages. *Archival Science*, v. 10, p. 211–229, 2010.

TRIVELLATO, Francesca. *The Familiarity of Strangers: The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period*. New Haven: Yale University Press, 2009.

VALVERDE, Nuria; LAFUENTE, Antonio. Space Production and Spanish Imperial Geopolitics. In: BLEICHMAR, Daniela; VOX, Paula de; HUFFINE, Kristin; SHEEHAN, Kevin (eds.). *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500–1800*. Stanford: Stanford University Press, 2009, p. 189–215.

VAN DEUSEN, Nancy E. *Global Indios: The Indigenous Struggle for Justice in Sixteenth-Century Spain*. Durham: Duke University Press, 2015.



VIDAL, Laurent. *Magazão, la ville qui traversa l'Atlantique*. Paris: Flammarion, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

WIKIPEDIA. Relaciones geográficas. Disponível em:
<https://en.wikipedia.org/wiki/Relaciones_geogr%C3%A1ficas>. Acesso em: 20 dez. 2018.